



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	Direitos Humanos e justiciabilidade: estudo da efetividade dos Direitos Humanos pelo Poder Judiciário
Autor	JEANNE MACHADO CORRÊA
Orientador	ANTONIO MARCELO PACHECO DE SOUZA
Instituição	Faculdades Integradas São Judas Tadeu

DIREITOS HUMANOS E JUSTICIABILIDADE: ESTUDO DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS PELO PODER JUDICIÁRIO

Os direitos humanos consistem no principal instrumento de defesa dos direitos e liberdades básicas de todo ser humano. No Brasil, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, são sempre solicitados a atuarem conforme esses direitos. Porém é no Poder Judiciário que tais direitos encontram sua última esperança de proteção.

A busca pela efetividade dos direitos humanos na esfera judiciária torna necessária a averiguação da maneira como os juízes conhecem e aplicam as normas de direitos humanos, tanto no que diz respeito ao direito interno, quanto à sua tutela internacional, especialmente no que se refere aos direitos econômicos e sociais, na medida em que há existência da proteção internacional desses direitos.

O estudo da efetividade dos direitos humanos pelo Poder Judiciário visa analisar o grau de sua tutela jurisdicional e a compreender a internacionalização desses direitos, através do Poder Judiciário.

METODOLOGIA PROPOSTA:

Análise de acórdãos previamente selecionados do STJ, Tribunais de Justiça, Tribunais Federais, leitura e análise da doutrina relativa aos fundamentos jurídicos, políticos e filosóficos dos direitos humanos.

RESULTADOS PARCIAIS

A ordem jurídica encontra o próprio sentido na dignidade humana, onde configura seu ponto de partida e de chegada, afirma Flávia Piovesan¹. É o valor supremo da democracia; e sem esta, se torna impossível uma genuína efetivação dos direitos humanos.

Apesar de não fazer parte de um modelo democrático, o Poder Judiciário é o último guardião da proteção dos direitos humanos, pois é sua função garantir os direitos individuais, coletivos e sociais, devendo corresponder à eficácia jurídica mais consistente nestes termos.

Contudo não é a realidade demonstrada na pesquisa realizada pelo professor José Ricardo Cunha, realizada nos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, onde é demonstrado em seu livro “Direitos Humanos, Poder Judiciário e sociedade”², que grande parte dos atuantes do Poder Judiciário não aplica as normas internacionais de direitos humanos por desconhecê-las ou simplesmente não priorizarem tais direitos. Havendo até resistência na relação entre a internacionalização de tais direitos e a autonomia do Poder Judiciário. Tal pesquisa delata a urgência da reconstrução e da busca de efetivação dos direitos humanos em favor da sociedade e um reposicionamento do Poder Judiciário.

¹ Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional/ Flávia Piovesan. - 8ª ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2007.

² Direitos Humanos, Poder Judiciário e sociedade/ José Ricardo Cunha. – 1ª ed. – Ed. FGV, 2010.